



VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação

13, 14 e 15
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

Eixo TEMÁTICO: Formação de
Professores

**Mayra da Silva Cutruneo
Ceschini**

Universidade Federal do Pampa
mayraceschini.aluno@unipampa.edu.br

Ronan Moura Franco

Universidade Federal do Pampa
ronanfranco.aluno@unipampa.edu.br

Elena Maria Billig Mello

Universidade Federal do Pampa
elenamello@unipampa.edu.br

DISCUSSÕES SOBRE A BNC-FI:
regulação e uniformização dos currículos
de formação docente?

DISCUSSIONS ABOUT BNC-FI:
regulation and standardization of teacher
training curricula?



RESUMO

Esta pesquisa objetiva compreender os contextos que viabilizam a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-FI), as influências que as impulsionam e seus textos; e investigar como estão se efetivando na prática, fazendo uma leitura crítica do discurso pedagógico que elas contêm, a fim de perceber poder e o controle que exercem sobre os sujeitos e as brechas discursivas que possuem. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, nível exploratório e caracteriza-se como uma análise documental. A análise tomou por fundamentos a opção teórico-metodológica da Abordagem do Ciclo de Políticas de Ball e colaboradores, com destaque para o contexto da influência e o contexto da produção do texto da política BNC-FI. Procurando compreender as noções de poder e controle, assumimos a Teoria Sociológica de Basil Bernstein. O texto da BNC-FI foi analisado utilizando aproximações com a Análise Textual Discursiva, processo que permitiu a construção das categorias *a priori* Formação Acadêmico-Profissional (FAP), Formação Democrática (FD), Formação Crítico-Inovadora (FCI), emergindo no processo a categoria Formação Subordinada às Competências (FSC). Concluímos argumentando que as normativas apresentam brechas discursivas que permitem uma atuação na e sobre a política, garantindo uma formação acadêmico-profissional docente, se distanciando do viés regulatório e mercadológico que predomina nos textos analisados.

Palavras-chave: Política Curricular. Formação acadêmico-profissional docente. Abordagem do Ciclo de Políticas. Teoria Sociológica.

ABSTRACT

This research aims to understand the contexts that enable the implementation of the National Curricular Common Base (BNCC) and Common National Base for Basic Education Teacher Training (BNC-FI), the influences that drive them and their texts; and to investigate how they are being carried out in practice, making a critical reading of the pedagogical discourse they contain, in order to perceive the power and control they exert over the subjects and the discursive gaps they have. It is a research with a qualitative approach, exploratory level and is characterized as a documental analysis. The analysis was based on the theoretical-methodological option of the Policy Cycle Approach by Ball and collaborators, highlighting the context of influence and the context of the production of the text of the BNC-FI policy. Seeking to understand the notions of power and control, we assume the Sociological Theory of Basil Bernstein. The BNC-FI text was analyzed using approaches to Discursive Textual Analysis, a process that allowed the construction of the *a priori* categories Academic-Professional Training (APT), Democratic Training (DT), Critical-Innovative Training (CIT), emerging in the process the category Training Subject to Competencies (TSC). We conclude by arguing that the regulations present discursive gaps that allow action in and on politics, guaranteeing an academic-professional teacher training, distancing themselves from the regulatory and marketing bias that predominates in the analyzed texts.

Keywords: Curriculum Policy. Academic-professional teacher training. Policy Cycle Approach. Sociological Theory.



1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018 e reunida em um documento único em 2019, vem dando o tom para as demais políticas educacionais aprovadas no país desde então, sobretudo às normativas referentes à formação de professores, como a Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica - BNC-FI (BRASIL, 2019). Todas essas políticas estão alinhadas aos preceitos neoliberais e conservadores, que transparecem na busca por resultados idealizados nas avaliações estandardizadas, de viés mercadológico, cosmopolita e performático, impresso também nas normativas. Nesse sentido, é importante compreender os contextos que viabilizam essas políticas, as influências que as impulsionam e seus textos, bem como investigar como estão se efetivando na prática (BALL; BOWE, 1992). Relevante também fazer a leitura crítica do discurso pedagógico que as políticas contêm, percebendo o poder e o controle que exercem sobre os sujeitos e as brechas discursivas que possuem. (BERNSTEIN, 1996).

O texto da BNCC é pautado pelos operadores curriculares escolhidos, as competências (BRASIL, 2018). Segundo Macedo (2019), a ideia de competência que se materializa nas políticas curriculares brasileiras, desde a década de 90, decorrente do viés neoliberal, tecnicista e regulatório dos atuais modelos econômicos vigentes. A assunção do paradigma regulatório imprime nos currículos brasileiros o controle sobre os sujeitos educandos e educadores, transformando-os em cumpridores de mecanismos de regulação dominante (VEIGA, 2003). Propor esse tipo de formação para o estudante da Educação Básica é negar-lhe o direito ao desenvolvimento pleno de sua criticidade e emancipação (FREIRE, 2011). Contudo, consideramos que alargar esse tipo de formação para o currículo destinado à preparação de novos professores é um fator que, além do já citado, pode limitar as possibilidades de desenvolvimento profissional e pessoal, restringindo os novos docentes a executores da Base, um imenso reducionismo das dimensões formativas essenciais ao desenvolvimento de atividades educativas transformadoras.

Compreendemos que a formação de professores ocorra na perspectiva “acadêmico-profissional”, apontada por Diniz-Pereira (2008), na qual o processo formativo se desenvolve por meio da necessária parceria entre universidade e escola, objetivando a construção de conhecimentos potencialmente transformadores das realidades sócio-históricas das



comunidades. É importante garantir ainda uma formação que prime por princípios democráticos, desde sua composição mais radical, entendida por Freire (1979) como a forma de compreendermos o mundo, o poder, as relações e os elementos de mudança social. Nesse sentido, a formação de professores também deve partir de princípios crítico-inovadores. A criticidade, conceito central da pedagogia freireana, potencializa processos transformadores, por meio da ação-reflexão-ação, da participação e leitura de mundo (FREIRE, 1979). A inovação pedagógica que defendemos e demarcamos teórico-epistemologicamente, é originada de ações que não necessitam ser inéditas, mas que tenham a intencionalidade de produzir mudanças nas estratégias de construção ou organização de conhecimentos e garantir a aprendizagem. (MELLO; SALOMÃO DE FREITAS, 2017).

Dessa forma, compreendemos que a formação de professores, necessita ser conduzida sob perspectivas alargadas, que primem pelo diálogo entre universidade e escola, garantam a participação democrática de todos e se amparem em princípios que proporcionem a existência da criatividade, da criticidade e da inovação pedagógica, que levem os sujeitos a práticas transformadoras de suas realidades sociais (DINIZ-PEREIRA, 2008; FREIRE, 1979; MELLO; SALOMÃO DE FREITAS, 2017). Assim, diante da normativa proposta pela BNC-FI nos deparamos com a questão que mobiliza a pesquisa aqui apresentada: como se mostram as possibilidades formativas para os novos docentes frente aos contextos e discursos presentes na BNC-FI?

A fim de responder a essa pergunta realizamos a análise documental da Base proposta para a formação inicial de professores e o contexto que influenciou sua produção, objetivando compreender as possibilidades formativas expressas na BNC-FI, bem como se mostram o poder, o controle e as brechas discursivas no documento a partir dos contextos de influência e de produção do texto da política.

1.1. Percurso Metodológico

A pesquisa foi desenvolvida em nível exploratório, sob uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma análise documental (GIL, 2008). Enquanto opção teórico-metodológica, nos amparamos nos fundamentos e preceitos investigativos da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), proposto por Ball e Bowe (1992), focando no contexto da



influência e no contexto da produção do texto da política BNC-FI. Para compreender o poder, o controle e as brechas discursivas presentes no discurso pedagógico da normativa nos amparamos na Teoria Sociológica de Basil Bernstein (1998).

O texto da BNC-FI foi analisado utilizando aproximações à técnica de Análise Textual Discursiva (ATD), descrita por Moraes e Galiazzi (2013, p.45) como um “processo auto-organizado de construção de novos significados”, que se dão a partir de dois movimentos: o primeiro de desconstrução; unitarização, categorização e o segundo de reconstrução e síntese textual. Dessa forma, o *corpus* de análise foi o grupo de competências específicas elencadas e separadas em três dimensões no documento, sendo elas desmontadas, separadas em unidades de significado e relacionadas conforme semelhanças, sendo posteriormente categorizadas. Para tanto criamos 3 (três) categorias *a priori*: Formação Acadêmico-Profissional (FAP), Formação Democrática (FD), Formação Crítico-Inovadora (FCI); emergindo no processo mais uma: Formação Subordinada às Competências (FSC). Tais categorias foram criadas para auxiliar a compreensão do fenômeno estudado e são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Organização do processo de categorização e atribuição de unidades de significado

Dimensão	Competências Específicas	Unidades de significado
Conhecimento Profissional	1.1	FSC1 - dominar os objetos de conhecimento [...]
	1.2	FCI1 - [...] conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem
	1.3	FAP1 - reconhecer os contextos
	1.4	FD1 - conhecer a estrutura [...] dos sistemas educacionais
Prática	2.1	FCI2A - [...] ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens
	2.2	FAP2 - [...] ambientes de aprendizagem
	2.3	FCI2B - avaliar o desenvolvimento do educando [...]
	2.4	FSC2 - conduzir as práticas pedagógicas [...] das competências e das habilidades
Engajamento Profissional	3.1	FSC3 - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
	3.2	FCI3 - comprometer-se com a aprendizagem [...]
	3.3	FD3 - participar [...] construção de valores democráticos
	3.4	FAP3 - engajar-se [...] com a comunidade



Visando melhorar a compreensão, além da criação de categorias de análise e das unidades de significado atribuídas a elas, foi realizada a análise das habilidades correspondentes a cada competência específica, em que foi efetuado o mesmo processo de codificação e categorização, resultando na codificação exemplificada a seguir: FSC1.1 - dominar direitos de aprendizagem, competências [...] estabelecidos na BNCC. A escrita do metatexto analítico é explicitada a seguir.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para construir a discussão, tomamos por referência a ACP, especialmente o seu contexto de influência e as possibilidades de interpretação do texto da política em análise, identificando disputas, instituições e sujeitos envolvidos na construção inicial da política (BALL; BOWE, 1992; MAINARDES, 2006). Assumimos, então, como contexto de influência da BNC-FI, a BNCC, pois foi a partir dessa normativa que se desdobraram as demais políticas de formação de professores, estando as mesmas instituições privadas e sujeitos envolvidos na busca por garantir ampliação do alinhamento baseado em valores neoliberais e conservadores. Esse entrelaçamento por interesse das normativas, tanto da Educação Básica como da Educação Superior para a formação de professores, evidencia-se na semelhança e no uso dos mesmos verbos nas descrições das competências gerais da BNCC e BNC-FI, aspecto já sinalizado por Rodrigues, Pereira e Mohr (2020) ao comparar os textos das duas legislações e apontar aproximações intencionais nas suas elaborações. É importante ressaltar ainda, a influência exercida por grandes corporações educacionais, que pressionam para que a formação de professores seja aligeirada e possa acontecer de forma simplista, reducionista e financeiramente barata, transformando cursos de licenciatura em cursos preparatórios para implementadores da BNCC (DINIZ-PEREIRA, 2021).

Ao nos debruçarmos sobre os textos das políticas, imergimos no contexto da produção do texto da política que integra a ACP (BALL, BOWE, 1992). Tal contexto se apresenta na forma de documentos, podendo ter diversas interpretações e contradições, assim como seus desdobramentos em comentários e pronunciamentos formais e informais. O contexto da produção do texto da política não é o momento em que se encerra a política educacional, pois o texto da política é entendido enquanto produto que sofre influências das agendas que marcam sua formulação. Cabe salientar que o discurso adotado na BNC-FI reafirma a



influência da BNCC sobre ela, quando é afirmado no texto da política que esse alinhamento é realizado para assegurar a “coerência” entre as Diretrizes, o que segundo Diniz-Pereira (2021), representa um mecanismo de uniformização dos currículos com rígido controle (BERNSTEIN, 1996), como já visto e feito no Brasil na época da Ditadura Militar.

Para a análise aqui apresentada nos detivemos aos anexos da Resolução CNE/CP N° 2/2019, na qual é apresentada a Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI). Consideramos este trecho em especial do texto da política, pois entendemos que é nele que podemos vislumbrar os subsídios básicos para as reformas dos currículos das licenciaturas. Contudo, este anexo é limitado a um conjunto de 10 (dez) “Competências Gerais Docentes” e 12 (doze) “Competências Específicas”, separadas em três dimensões - “Conhecimento Profissional”, “Prática Profissional” e “Engajamento Profissional” - com quatro competências descritas para cada uma (BRASIL, 2019, p.14). O texto da BNC-FI desdobra-se ainda em uma lista de 62 (sessenta e duas) “Habilidades” que o futuro docente deve desenvolver para cada competência específica (BRASIL, 2019, p.15-20). Buscamos encontrar no texto de cada competência específica indícios que nos permitisse afirmar, a partir da compreensão do exposto no discurso pedagógico explicitado na normativa (BALL; BOWE, 1992; BERNSTEIN, 1996), que há possibilidade de promover a formação docente na perspectiva acadêmico-profissional, democrática e crítico-inovadora, mesmo com a implementação da normativa nos currículos.

O texto da normativa expressa a possibilidade da formação ocorrer na perspectiva “acadêmico-profissional”, de forma contínua e por meio da necessária parceria entre universidade e escola, objetivando a construção de conhecimentos potencialmente transformadores das realidades sócio-históricas das comunidades (DINIZ-PEREIRA, 2008), nas três dimensões do conhecimento profissional. Aparecendo em 8 (oito) habilidades como exemplificadas nos excertos a seguir: FAP1.1 - “Identificar os contextos sociais [...] das escolas em que atua”; FAP3.1 - “Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade [...]” (BRASIL, 2019, p. 16-20). Ambas evidenciam a necessária relação com o contexto escolar desde a graduação. Todavia, mesmo nas competências desta categoria é possível identificar o viés mercadológico impresso em toda BNC-FI como destacado no excerto a seguir: FAP3.3 - “saber comunicar-se com todos os interlocutores [...], utilizando



diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação” (BRASIL, 2019, p.20), recurso de ensino-aprendizagem amplamente difundido no texto das políticas, imprimindo forte controle sobre as formas de aprender e ensinar e que precisam ser problematizados frente a participação de grandes empresas de tecnologia nas redes de ensino do país (BERNSTEIN, 1996).

A perspectiva democrática para a formação de professores aparece em 7 (sete) habilidades, 3 (três) relacionadas ao “conhecimento profissional” e quatro ao “engajamento profissional” (BRASIL, 2019, p.16-20). O texto da política propõe que o licenciando deve “conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais” (FD1), bem como participar na construção de documentos, no trabalho coletivo e estabelecer “[...] relações democráticas na escola” (FD3.4), pautadas por princípios como “[...] igualdade e equidade” (FD3.3) para construção de uma sociedade mais justa. Explicitando no discurso pedagógico uma brecha importante para uma atuação sobre a política (BERNSTEIN, 1996; BALL, BOWE, 1992), na qual se proponham currículos democráticos para os cursos de licenciatura, que mantenham os futuros docentes com a capacidade de ler o mundo e compreender as relações de poder e os elementos de mudança social presentes no espaço escolar (FREIRE, 1979).

A formação na perspectiva crítico-inovadora é vislumbrada em 20 (vinte) habilidades nas três “Dimensões do Conhecimento Profissional”, estando em maior número (nove) na “dimensão da prática profissional” (BRASIL, 2019, p.16-20). O texto da política aponta a importância do apoio ao estudante para a “[...] construção de sua autonomia [...]” (FCI1.2), estimulando atitudes investigativas no processo de aprendizagem (FCI2A.3). Aponta ainda, que os licenciandos devem “demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem” (FCI1), expressando a necessidade de compreender o desenvolvimento e os contextos cotidianos, utilizando diferentes estratégias metodológico-avaliativas “[...] considerando a heterogeneidade dos estudantes” (FCI2A.1), pensando no planejamento e execução de “ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens” (FCI2A), comprometendo-se com a aprendizagem, as diferentes identidades e necessidades dos estudantes (FCI3) (BRASIL, 2019, p.15-19). A formação na perspectiva da inovação pedagógica que consideramos possível a partir do discurso pedagógico explicitado no texto da política é aquela assumida dentro do paradigma emancipador, visando a superação de



fragmentações, sendo intencional e buscando a ruptura com o contexto social imposto (VEIGA, 2003). Sendo assim, esse viés formativo é crítico e representa brechas discursivas na normativa, ou seja, possibilidades de alternativas à própria formação regulatória proposta pela BNC-FI (BERNSTEIN, 1988). Contudo, é necessário estar atento às formas de como o poder e o controle são expressos no texto de cada habilidade e como se mostrarão nos currículos de cada curso de licenciatura, quais conhecimentos e expressões serão válidas, bem como quais métodos de ensino, aprendizagem e avaliação serão validados (SILVA, 2019).

Das 62 habilidades elencadas na BNC-FI, 27 são diretamente subordinadas aos operadores curriculares escolhidos, as competências, sendo elas ainda intimamente ligadas à implementação/execução da BNCC na Educação Básica (BRASIL, 2019). Assim, emerge da análise a categoria Formação Subordinada às Competências. Salienta-se que essas habilidades são encontradas em todas as dimensões e se entrelaçam as demais, misturando-se dentro das outras categorias, propondo que os licenciandos dominem “[...] competências e objetos de conhecimento [...]” (FSC1.1), articulem estratégias metodológicas “[...] que permitam aos estudantes desenvolver competências [...]” (FSC1.4), conheçam e criem estratégias de melhoria dos resultados nas avaliações externas (FSC 2.2), além de se comprometerem com pesquisas sobre problemas educacionais e se responsabilizarem por sua constante formação (BRASIL, 2019, p.15-20). O discurso pedagógico explicitado no texto dessas habilidades, além da própria estrutura na BNC-FI, organizada como uma matriz de competências profissionais, explicita uma forte regulação de poder e controle, sendo exercida sobre o quê e o como ensinar aos futuros professores, que devem ser talhados para aplicar a BNCC nas escolas; sendo controlados sobre o quê e o como ensinar seus estudantes a nível básico (BERNSTEIN, 1996). A presença maciça de habilidades dentro dessa categoria e a estruturação do restante do texto da política e de todo o contexto de influência que a permeia deixa clara a intencionalidade de padronizar os currículos das licenciaturas, buscando “coerência” entre a BNC-FI, a BNCC e as avaliações standardizadas (DINIZ-PEREIRA, 2021), além de explicitar o paradigma regulatório impresso na normativa, que busca o controle burocrático sobre os docentes (VEIGA, 2003).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para construir a síntese dos argumentos desenvolvidos ao longo do trabalho,



retomamos as intenções dessa pesquisa que visa compreender os contextos que viabilizam a implementação da BNCC e BNC-FI, as influências que as impulsionam, seus textos e investigar como estão se efetivando na prática, fazendo uma leitura crítica do discurso pedagógico que elas contêm, a fim de perceber poder e o controle que exercem sobre os sujeitos e as brechas discursivas que possuem.

Dito isso, a análise nos permitiu concluir que o entrelaçamento que marca as políticas que estruturam os currículos da Educação Básica e Superior, evidenciados pela semelhança no uso dos verbos, é um mecanismo de rigorosa regulação e uniformização dos currículos e que acaba por transformar os cursos de formação de professores em preparatórios para a execução do que preconiza a BNCC. Contudo, ao analisarmos as habilidades que se desdobram das dimensões que constituem a BNC-FI, conseguimos perceber brechas discursivas que permitem o desenvolvimento de um trabalho de formação docente na perspectiva acadêmico-profissional, democrática e crítico-inovadora, sendo a ACP e a teoria sociológica de Bernstein valiosos suportes teórico-metodológicos para encontrar e atuar sobre essas brechas.

Em relação à construção de conhecimento potencialmente transformador das realidades sócio-históricas das comunidades, evidencia-se na dimensão “Conhecimento Profissional”, 8 habilidades que destacam a necessária relação da formação docente com o contexto escolar, ainda que nas competências presentes nas categorias analisadas exprima-se forte controle e regulação sobre as formas de se ensinar e aprender, a partir da imposição de processos tecnocráticos, que permitem o aumento da participação de empresas de tecnologia nas escolas.

Ao analisarmos o texto das habilidades de dimensões de “Engajamento” e “Conhecimento Profissional” encontramos possibilidades discursivas para a atuação na política que resultem na construção de currículos democráticos nos cursos de licenciatura na intenção de se garantir uma formação que permita a leitura do mundo e a compreensão das relações de poder e da capacidade de transformação social que a educação efetiva no espaço escolar. Na categoria emergente “Formação Subordinada às Competências” todas as dimensões expressam, em suas habilidades, forte regulação e controle sobre o quê e as formas com que se ensinam futuros professores, a partir dos conhecimentos arbitrariamente impostos



pela BNCC. A homogeneização das políticas evidencia as intencionalidades de uma coerência entre a BNC-FI e a BNCC, resultantes das pressões advindas das avaliações em larga escala que poderão servir como parâmetros para classificação e regulação das instituições e sujeitos.

4. REFERÊNCIAS

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the implementation of National Curriculum Policy: an overview of the issues. *Curriculum Studies*, v.24, n.2, p.97-115, 1992.

BERNSTEIN, B. *Poder, educación y consciencia: sociología de la transmisión cultural*. Santiago, Chile: CIDE, 1988.

BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico: classes, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 09 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)*. Brasília, 2019. Disponível em: t.ly/Iqc8. Acesso em: 09 mar. 2022.

DINIZ-PEREIRA, J. E. *A formação acadêmico-profissional: compartilhando responsabilidades entre as universidades e escolas*. TRAVERSINI, C. et al. (Orgs.). *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores*. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, v. 1, p. 253-267.

DINIZ-PEREIRA, J. E. *Nova tentativa de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura no Brasil: A BNC-Formação*. REVISTA PRÁXIS EDUCACIONAL, v. 17, n.46, p. 1-19, JUL./SET. 2021. Disponível em: t.ly/kKDX. Acesso em: 19 out. 2021.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACEDO, E. F. de. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019. Disponível em: t.ly/5Cwy. Acesso em: 26 jul. 2021.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: t.ly/EbCE. Acesso em 07 fev. 2020.

MELLO, E. M. B.; SALOMÃO DE FREITAS, D. P. A formação docente no viés da Inovação Pedagógica: processo em construção. *Anais ... XXVIII Simpósio Brasileiro de*



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas
em Políticas Educacionais e
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15
junho de 2022

Política e Administração da Educação: estado, políticas e gestão da educação: tensões e agendas em (des)construção. João Pessoa-PB, 2017, p.1793-1802.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. *Análise Textual Discursiva*. 2 ed. Rev. Reimpressão. Ijuí: Unijuí, 2013.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. O Documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP): Dez Razões para Temer e Contestar a BNCFP. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 20, p.1–39, 2020. Disponível em: t.ly/nvzz. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, T. T. da. *Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VEIGA, I. P. de A. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Caderno Cedes*, v. 23, n. 61, p. 267-281, Campinas: dezembro, 2003. Disponível em: t.ly/Ihjf. Acesso em: 09 mar. 2022.

autor1

Doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal do Pampa. Professora na Rede Municipal de Ensino de São Gabriel/RS e Professora Substituta no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UNIPAMPA. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica na Formação Acadêmico-Profissional dos Profissionais da Educação - GRUPI.

autor2

Doutorando em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal do Pampa. Professor na Rede Municipal de Ensino de Uruguaiana/RS. Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica - GRUPI.

autor3

Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal do Pampa, atuando no PPG Educação em Ciências. Líder do Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica - GRUPI.